

O Fim da Monarquia e a República “Com Permissão de Sua Majestade”

Um estudo decisivo para o conhecimento da História de Portugal

António Faria*

A publicação da obra de Jorge Morais *Com Permissão de Sua Majestade. A Família Real Inglesa e Maçonaria na Instauração da República em Portugal***, traz alguns dados fundamentais sobre o tema e a sua importância é tanto maior porque se aproxima a data comemorativa da Revolução de 5 de Outubro de 1910, acto que se quer com grandeza, elevação e comedimento.

Para tentar iludir a história, encheram-se já grossos volumes com aspectos inquestionáveis. De 1940 a 1960 o Estado Novo fixou o que os portugueses deviam pensar acerca da história de Portugal desde o tempo da pedra lascada até ao ministério de Oliveira Salazar. Os cronistas foram pagos para fazer relatos a favor dos reis e das casas senhoriais envolvidas em acontecimentos por vezes complexos e para encobrir relações mais controversas.

Os continuadores fizeram o mesmo. Apenas mudaram o título académico. A propaganda da fé cristã orientou e fundamentou a organização desses escritos primitivos, onde os crimes, a espionagem, o roubo, os massacres, as lições mais hediondas são adoçadas até ao elogio.

A derrota política e militar em África, assumida internacionalmente em 1975, impôs à sociedade portuguesa uma reforma profunda, embora conjuntural. Mas a crónica continua a ser a maneira liminar e directa de criar a ideia de «facto», que o ensino da história limita e retorce, tendo-o como uma ocorrência capital ou sucessão de acontecimentos datados, etiquetados, arrumados e dados como verdadeiros.

A República Portuguesa que durou, com tumultuosas interrupções de permeio, de 1910 a 1926,

faz parte desses chavões que tendem a encobrir não só a história da República e do republicanismo, aos quais o Estado Novo deu continuidade, mas também as consequências.

Infundiram a ideia de que a República foi uma vitória dos «heróis do mar, nobre povo» que, a julgar pelos constrangimentos sofridos no século XX, miséria, submissão, compadrio, guerra colonial e, sobretudo, a ausência total de alternativa à prepotência e irresponsabilidade dos sucessivos governos, deu lugar a situações graves que a guerra civil em África e a controvertida gestão dos fundos de apoio financeiro da União Europeia - a delapidação impune com graves cúmplices empresariais e sindicais silenciadas -, desmentem categoricamente.

Jorge Morais publicou o livro *Com Permissão de Sua Majestade*, onde apresenta fontes e obras raramente referidas e acaba com o «mito» da República «impoluta» contra a «decadente» Monarquia. Essa perspectiva, que certo republicanismo «progressista» instilou, obteve um limitado e medíocre sucesso ideológico, sabendo que a Monarquia estava disponível às propostas republicanas perante organizações republicanas sem estrutura de Estado que substituisse de facto a Monarquia.

Jorge Morais não esconde a sua simpatia pela Monarquia nem pelos monárquicos que, afinal, durante o Estado Novo, com coragem e ousadia, salvaram da miséria e do suicídio descontentes, emigrados, desterrados, deserdados, presos políticos, denunciados e banidos pelo regime corporativo.

A questão fundamental da «revolução republicana», que está na base da degradação do regime

monárquico e a necessidade da implantação da República, não é nem a Monarquia nem a República, mas tão somente a salvaguarda dos interesses ingleses em África, o «corredor» marítimo Mediterrânico-Atlântico e o papel subsidiário dos portugueses, entre mais duas ou três vertentes em torno do «mapa cor-se-rosa». Essa questão foi a razão da destruição de muitos cidadãos em Portugal e em África, envolvendo os interesses pelos diamantes em Kimberley, a questão do porto de Lourenço Marques e a morte do comerciante Silva Porto em 1890, no Bié, forçado por militares portugueses alheios às relações e interesses políticos de base. Essas ocorrências originaram crises de patriotismo muito veementes mas vazias.

A revolta do Porto em Janeiro de 1891, que se seguiu ao ultimato de 1890, indicia um conjunto de planos de exploração efectiva dos territórios africanos administrados por Portugal, de que os governos designados pela Monarquia Portuguesa não deram conta por razões estruturais que se mantiveram com a República.

Por sobre a estrutura administrativa consolidada havia necessidade de uma direcção política que conduzisse os povos de uma forma eficaz. Tal como em situações anteriores e posteriores, os interesses especificamente portugueses, sempre minimizados até ao ridículo, incluindo pelos próprios, ficariam salvaguardados pela rede administrativa sustentada do exterior.

Tais factores criaram uma «cultura de derrota», através da destruição, corrupção e compra da base de apoio, que hoje revela os seus efeitos mais ou menos evidentes. A reacção nacionalista ou salazarista desenvolveu-se e procedeu, à

semelhança do que ocorrera na Alemanha face à capitulação e ao Armistício imposto em 1918, omitindo obviamente, a revolução alemã.

Quando a necessidade dos povos exige a alteração das relações que lhe são aplicadas coercivamente, não há lei nem governo ou parlamento que impeçam as mudanças. A revolução é uma necessidade social imposta pelo seu próprio desenvolvimento. Uma mudança na sociedade é paga em sangue e miséria. A Revolução Norte Americana, A Revolução Francesa, a Comuna de Paris (perdida), a Revolução Russa de 1905 (perdida), a Revolução Alemã (perdida), a Guerra Civil de Espanha (perdida), a Revolução Chinesa, a revolução irlandesa (não conseguida), foram decisivas para a Humanidade e tiveram um preço muito elevado em vidas e sacrifícios.

Sem a cumplicidade expressa do Governo britânico, não seria nunca possível instaurar a República Portuguesa. Esta versão parece realista, mais próxima dos acontecimentos que ocorreram no dia 5 de Outubro de 1910. Uns tiros em Lisboa e o embarque da família real na Ericeira. O resto do país soube da referida revolução por telefone, por telégrafo ou, em certos lugares, nunca chegou a saber, o que não fez qualquer diferença.

Até agora tanto os acontecimentos, a ausência de mudança estrutural, a ignorância dos factos, limitaram ser envolvidos pelo manto diáfano dos hinos e das comemorações. Havia esse elo que faltava instruir para que o processo da implantação da República se tornasse um acto humanizado, integrado numa realidade europeia e universal credível, que passa pela gestão de uma longa submissão, que criou a mentalidade subalterna e uma perda de dignidade política.

Jorge Morais traz novos elementos ao referir que a República Portuguesa foi instaurada com a permissão de S.M. britânica. Isso seria, à partida, impensável. Então foram os monárquicos que autori-

zaram os republicanos a fazer uma “revolução”?

Sem dúvida. Só com o acordo prévio do poder britânico podia haver “revolução”. O apelo aos seculares laços de dependência que ligam Portugal ao Reino Unido desde os acordos estabelecidos por Manuel Alho, no reinado de D. Dinis, passando pelo casamento do Mestre de Avis com a filha do duque de Lencastre e britanicamente concluído com a proibição do casamento do último Rei português, D. Manuel II, com uma princesa das ilhas, como chegou a estar previsto. O enlace não se consumou porque, na mesma data, a Casa Real britânica apoiava os republicanos lisboetas que hastearam uma bandeira verde e vermelha em substituição da azul e branca na Câmara Municipal de Lisboa nesse Outono de 1910.

Outros investigadores já tinham deixado antever, por entre incursões a fenómenos como os do *revirralho* (mudanças de secretaria) e dos *vira-casacas*, (membros monárquicos chamados para garantir o funcionamento das instituições republicanas), que existe uma relação causal entre a implantação da República e a autorização dos proprietários das possessões coloniais, das explorações mineiras, dos transportes e comunicações, instalados em território organicamente considerado português, com operários, funcionários e empregados de escritório portugueses, mas dirigidos e supervisionados por agentes britânicos.

A deliberada confusão, mais ou menos generalizada, entre “socialismo” e “república”, gerou um estigma que está presente nos momentos fulcrais da história portuguesa: há um “inimigo” que sustem o vencedor e um vencedor que não tem capacidade para se manter de pé sem apoio do inimigo. Tal como o “socialismo” poético de Antero do Quental, o isolacionismo de Sampaio Bruno e o patriotismo de António Sérgio. No caso “República 1910” isso significa que, sem a estrutura burocrática e os burocratas criados pela Monarquia, a República não seria.

A obra de Jorge Morais é muito concisa e directa, recheada de interrogações concretas e fundamentais para o conhecimento do acto revolucionário, mormente o regicídio. Jorge Morais vem mostrar que a questão republicana era uma amálgama emotiva de contradições mais discutida que entendida.

A sua perspectiva, tendo em vista as ocorrências que envolvem o fim do império, a derrota militar e política em África dos portugueses, em 1974, a que sucedeu um período indescritível, não deixa de ser sarcástica.

Há anos atrás houve um adepto da Monarquia que mencionou o sentido monárquico que em Portugal impregna a figura soberana do Presidente da República. Mas o mais grave na vida quotidiana dos portugueses foi repercutir-se em outros estigmas: um pessimista “tudo vale a pena”, que apela ao inevitável “come e cála-te” salazarista ou ao servilismo democrático “parece mal”. Quem se atrever a sair dos “carris” ou é encostado à parede, frente de um pelotão burocraticamente cumpridor, obediente e corrupto, como fizeram aos mais convictos autores da “revolução republicana” ou, caso contrário, não passará pelo crivo dos juristas, examinadores, superiores hierárquicos e toda uma casta conhecida de censores que há uma centena de anos ocupa as estruturas fundamentais da vida pública, do governo às autarquias, dos ministérios às repartições. Como demonstrou o salazarismo, governar é gerir uma sórdida cadeia invisível que vai da rede de “pequenos empresários”, traficantes de electrodomésticos, estupefacientes, prostituição e pedofilia à importação e exportação de escravatura de mão-de-obra portuguesa, que algum jornalista mais inquieto e surpreendido vai desvendando.

O estudo de Jorge Morais é curioso e aflitivo ao nível da prática política, que expõe com exemplar pureza e determinação toda uma movimentação proto-diplomática, os bastidores da impunidade, vedados a curiosos e até a participantes.

**Obras Recebidas na Redacção/
Derniers ouvrages
reçus à la rédaction**

LIVROS/LIVRES

- MACHADO, Alice, *Figures féminines dans le "Voyage en Orient" de Gérard de Nerval*, Paris, Lanore, Littératures, 2006, 153 p.
- BRASILEIRO, Antônio, *Dedal de Areia* (poesia), ed. Garamond, Rio de Janeiro, 2006, 96 p.
- BRASILEIRO, Antônio, *Poemas reunidos*, Secretaria da Cultura e Turismo, FUNCEB, Salvador, 2005, 266 p.
- CARDOSO, Dulce Maria, *Les Anges, Violeta*, trad. du portugais de Cécile Lombard, Paris, L'Esprit des péninsules, 2005, 391 p.
- Centre Culturel Angolais, *La reconstruction de l'Angola dans la phase actuelle*, Colloque de Paris 2 et 3 juin 2005, 212 p.
- CONRADO, Júlio, *Nos Enredos da Crítica*, Lisboa, Instituto Piaget, col. Teoria das Artes e Literatura, 2006, 306 p. - Recolha de ensaios cobrindo 40 anos de crítica literária, comentada neste nº de *Latitudes*.
- COSTA, Flávio Moreira da (organização), *Aquarelas do Brasil - Contos da nossa música popular*, ed. Agir, Rio de Janeiro, 2005, 312 p.
- COSTA, Flávio Moreira da, *Malvadeza Durão e outros contos*, ed. Agir, Rio de Janeiro, 2006, 240 p.
- FASILD, Actes des Assises nationales du Fasild contre les discriminations, Paris, Maison de la Mutualité, 26 septembre 2005, Paris, 88 p.
- FONSECA, Aleilton, *Nbô Guimarães* (romance), ed. Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 2006, 174 p.
- FOURTANÉ, Nicole e GUIRAUD, Michèle (dir.), *Identité culturelle dans le monde luso-hispanophone*, Colloque international des 10 et 11 déc. 2004, Nancy, Presses Universitaires de Nancy, s/d., 562 p.
- GERALDO, Manuel, *SOS! Será Que Estou a Ficar Racista?*, CEPAS Edições, col. Textos polémicos, 2006, 135 p. Recolha de

Sem preconceitos, tem subjacente a questão fundamental: a escravatura, mantida até à entrada do século XX como um dos principais interesses da Monarquia, como confirma Elias Alexandre Corrêa, professo cavaleiro da Ordem de Cristo e Sargento-Mor, na sua *História de Angola*, escrita em 1782 (publicada em 1936).

O chocolateiro inglês Cadbury, que arrematava o cacau de S. Tomé e Príncipe, e denunciou o regime de escravatura de que viviam os monarcas portugueses, situação que mantinham em Angola para assegurar a mão-de-obra naquele arquipélago atlântico.

Perante um trono português agonizante há um diplomata de S. M. britânica que remata peremptório: "Se quer durar, toda a instituição humana deve mudar" (p. 149). Para o diplomata britânico não havia mudança institucional! G. T. di Lampedusa te-lo-ia dito de outra maneira mais elegante e mediterrânica.

S.M. britânica apoiou os republicanos portugueses porque só estes lhe garantiam no terreno a eficácia dos industriais ingleses que dominavam toda a estrutura estratégica colonial nos territórios considerados portugueses, em África, na área da extracção mineira, comunicações e transportes.

Segundo o autor, a revolução republicana portuguesa deveu-se a um acordo prévio do grão-mestre da maçonaria portuguesa, Sebastião Magalhães Lima e do latifundiário ribatejano José Relvas, com o Ministério dos Negócios Estrangeiros do Reino Unido. O encontro, não registado nem agendado, ocorreu na biblioteca do Foreign and Commonwealth Office, onde José Relvas e Magalhães Lima "foram recebidos discretamente e que o interlocutor não permitiu que ficasse registo escrito da sua passagem" (p. 151).

É um tanto frustrante saber que eles foram instrumentos de um poder cuja dimensão lhes escapava. Nem sequer tiveram quem lhes apontasse a dedo os autores de uma

traição que acabou em suicídios duvidosos (Cândido dos Reis) ou em tocaias assassinas (Carlos da Maia, Miguel Bombarda, Machado dos Santos, António Granjo) com o mesmo toque de castigo exemplar com que puseram outras figuras mais recentes a vender chouriço e sardinha em lata, como na caricatura do Hergé, ou a morrer de desespero, enquanto os «políticos» cavalgantes são guindados a heróis nacionais.

Este livro põe muito simplesmente em questão tudo quanto foi dito por flutuantes «republicanos» em obras de promoção e propaganda não isentas de condimentos de folhetim e da inevitável exaltação tagarela. Felizmente o autor confessa-se monárquico e a sua prosa é cientificamente elevada para apresentar um compromisso essencial.

Na revolução republicana de Outubro de 1910 os derrotados foram não só os monárquicos e os republicanos mas o povo português. Por alguma razão evidente o golpe, que em 1926 instalou o salazarismo, se auto-designou Revolução Nacional.

A obra de Jorge Morais gera um novo sentido de pensar a história; é exemplar na orientação da pesquisa, pelas fontes consultadas, pela exposição simples e directa dos acontecimentos decisivos dos quais, até agora, foi omitida a prova documental essencial e que ele desvenda ●

* Centro de Estudos de História Comparada (U.L.H.T., Lisboa)
antoniofaria42@gmail.com

** Jorge Morais, *Com Permissão de Sua Majestade. A Família Real Inglesa e Maçonaria na Instauração da República em Portugal*, Lisboa, Editora Occidentalis, 2006.